

Economia



13º SALÁRIO DO INSS

Veja calendário da 2ª parcela

Pagamento de aposentados e pensionistas será feito com benefício de maio



É CONSTITUCIONAL

STF VALIDA LEI DAS ESTATAIS

Indicações de políticos terão restrições; nomeações já feitas ficam mantidas



Insegurança afastada. Sessão do STF que manteve restrições da Lei das Estatais a indicações políticas. Ministros decidiram por unanimidade permitir nomeações feitas durante vigência da liminar

DANIEL GULLINO
E GLAUCIE CAVACANTI
REPORTERES DO GLOBO

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que não constituiria as restrições para indicação de políticos e autoridades de governo para o comando de empresas públicas que foram estabelecidas pela Lei das Estatais, de 2016. Os ministros decidiram, no entanto, manter as indicações feitas desde o ano passado, quando essa restrição foi suspensa, até agora. Para especialistas, a constitucionalidade da lei é importante para a segurança jurídica e garante a governança das empresas públicas.

Mesmo que a decisão mantenha os atuais indicados do governo, novas nomeações que contrariem a lei não serão permitidas. A decisão pela validade da lei foi tomada por 8 votos a 3, já a manutenção dos indicados durante a vigência da decisão provisória ocorreu

por unanimidade.

O julgamento foi concluído ontem com os votos de Edson Fachin, Luiz Fux e Carmen Lúcia, favoráveis à lei, e de Gilmar Mendes, contrário. Já haviam se manifestado pela constitucionalidade os ministros André Mendonça, Dias Toffoli, Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Luis Roberto Barroso. Flávio Dino votou pela inconstitucionalidade, assim como o relator, o ministro aposentado Ricardo Lewandowski (hoje aposentado da Corte e ministro da Justiça). Cristiano Zanin, que ocupa a cadeira dele, não votou.

Estavam sendo analisados dois pontos da Lei das Estatais, que foram suspensos em março do ano passado por Lewandowski. O primeiro deles é a vedação de nomeação de ministros de Estado e secretários estaduais e municipais para o conselho de administração ou diretoria de estatais — só é permitida a nomeação de quem entrou no

8
A favor da validade da lei

3
Contra a validade da lei

Edson Fachin, Luiz Fux, Carmen Lúcia, André Mendonça, Dias Toffoli, Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Luis Roberto Barroso

A favor da manutenção de indicações feitas

A decisão foi unânime

serviço público via concurso.

O segundo é a proibição de indicação, para os mesmos órgãos, de pessoas que tenham atuado nos últimos três anos como participantes de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a uma organização de campanha eleitoral. Lewandowski

havia considerado, atendendo a um pedido do PCdoB, que essa proibição estabelecia "discriminações desrazoáveis e desproporcionais".

QUARENTENA
Ontem, Fachin afirmou que a lei não impede a nomeação devido a opiniões políticas, mas sim atua contra o conflito de interesses: "Não se pode, por exemplo, impedir uma pessoa de assumir determinado cargo público em virtude de sua opinião política, ideológica, seja ela qual for. Mas é possível que ela presuma que quem tenha exercido cargo de direção partidária ou funções similares enumeradas pela lei tenha um conflito objetivo de interesses com a administração."

Luiz Fux lembrou que outros cargos também são alvos de quarentena, como os próprios juizes: "A quarentena estabelecida pela lei me parece uma quarentena adequada por-

que ela tem parâmetros constitucionais. E esse é o parâmetro que se aplica aos juizes e também aos membros do Poder Legislativo."

— A pretensão de blindar a empresa estatal de ingerências partidárias e (de) pessoas não qualificadas, o diploma legal afasta, ou pode afastar, quando competentes da República de postos-chaves da administração pública indireta.

O governo é contra as restrições a políticos em estatais, mas a manutenção dos atuais indicados agrada ao Executivo, que não precisará fazer um novo arranjo. Por outro lado, qualquer nomeação a partir de agora terá que respeitar a Lei das Estatais.

Vem do ministro Dias Toffoli, que também se posicionou pela constitucionalidade da lei, a proposta para que a Corte fixasse que nomes já indicados para compor cargos com base

na liminar que suspendeu a aplicação da regra tenham a continuidade garantida.

— Todos os atos praticados durante a vigência da liminar eu entendo legítimos — defendeu Toffoli na quarta-feira, quando o julgamento foi retomado.

A Lei das Estatais foi criada no governo Michel Temer, em 2016, como uma resposta aos desvios apurados na Operação Lava-Jato, em busca de uma governança melhor nas empresas públicas.

MAIS SEGURANÇA A EMPRESAS

Para José Guilherme Bertran, sócio de Regulação e Assuntos Governamentais do BMA Advogados, a decisão da Corte foi positiva:

— Por ser uma decisão definitiva, por si só, já é bom. A liminar (de Lewandowski) provocou insegurança.

Não significa, contudo, que estatais estejam blindadas contra ingerências políticas, pondera o advogado.

— Mas fica mais difícil para (em casos de ingerência política) encontrar pessoas que não caiam nas vedações da lei. Não vão achar outras? Evidente que vão.

Mauro Hiane de Moura, sócio da área de Direito Público e Regulação do Veiron Advogados, entende que a decisão traz mais segurança às estatais:

— Confirma que as restrições que a lei colocou são válidas e se justificam. O fôlego está em criar regras de segurança que evitem situações de conflito de interesse.

Na visão do especialista, as ingerências virão, mas a validação da Lei das Estatais pode colaborar para uma melhor gestão pública de forma geral:

— O governo, como acionista, continua podendo fazer indicações. A questão é o perfil dos indicados. Há regras para garantir que a administração pública tenha um quadro de gestão eminentemente técnico. Ou seja, é uma decisão para a própria empresa pública.

Mais de 50 nomes seguem em seus cargos após decisão

Indicações abrangem mais de 30 empresas em diretoria e conselhos

MONTAGEM

Ao agir nos bastidores para ao menos manter os atuais indicados a estarem federais, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva visa garantir indicações políticas que podem afetar cerca de 30 empresas.

A coluna do GLOBO Malu Gaspar informou que articuladores de Lula (junto ao Supremo) trabalharam para emplacar a solução al-

ternativa, caso a liminar fosse mesmo derrubada: a de modular seus efeitos, mantendo as nomeações que foram feitas nos 14 meses em que a decisão esteve em vigor, sob o argumento de que essas pessoas assumiram os cargos quando as restrições estavam afastadas.

São mais de 15 indicações políticas para postos de direção ou em conselhos de estatais que ficam mantidas com a decisão do Supremo. São cerca

de 40 pessoas que estão em conselhos de administração que poderiam ser afetadas. Nesse caso, são cadeiras em conselhos ocupadas por pessoas que estão em cargos de confiança no governo, como secretários de ministérios.

Uma das nomeações mantidas é a do ex-governador de Pernambuco Paulo Câmara, agora presidente do Banco do Nordeste, que era integrante da Direção Nacional do PSB. Procurador, Câmara

não quis comentar. Os cargos potencialmente afetados são de presidente, como o de Câmara, e de vice-presidentes de estatais e diretores.

Outro caso é o do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Além do cargo na pasta, ele está no Conselho do Banco do Brasil. No seu caso, entretanto, a proibição não seria por atuação em órgãos partidários, mas por ocupar cargo de confiança sem vínculo permanente, isto é, sem ser concursado.

Entre órgãos afetados, estão Correios e a Conab.

Há ainda os casos do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, que desde a sua indicação gerou dúvidas sobre a aplicação da Lei das Estatais. Ele foi candidato a P-sulpete de senador nas últimas eleições,

pelo Rio Grande do Norte. A Petrobras já disse que não há impedimento à indicação de Prates mesmo que a liminar de Lewandowski fosse derrubada. Em nota, a estatal, que chegou a alterar seu estatuto no ano passado, informou que ele segue em linha com a Lei das Estatais, mesmo com a decisão do STF de considerar constitucional o ponto que restringe a indicação de administradores de estatais, mas com modulação para manter indicações ocorridas durante o período de vigência da liminar.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, também poderia ser afetado. O petista era presidente da Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT, até 2022. Uma decisão do Tribunal de Contas da União aprovou a indi-

cação de Mercadante porque considerou que a contribuição do presidente do BNDES à campanha de Lula teve natureza intelectual e não foi remunerada.

Ontem, Mercadante frisou que sua nomeação não se enquadra nas regras que impedem a indicação de políticos a cargos de gestão nas empresas controladas pelo governo.

— Eu não era dirigente partidário desde 2010. Não exerci nenhuma função de direção partidária. Não estruturarei ou organizei campanha eleitoral. Portanto, não me enquadro nas exigências que a lei estabeleceu — afirmou Mercadante, após a apresentação dos resultados do BNDES no primeiro trimestre. (Daniel Gullino, Vinícius Neder e Bruno Rosa)